
INFORMAÇÃO E SOCIEDADE

novos parâmetros teórico-práticos de gestão e transferência informacional

REGINA MARIA MARTELETO

Pesquisadora Titular do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, CNPq/IBICT-UFRJ/ECO

A temática Informação e Sociedade organiza um campo discursivo fundado seja nos atributos funcionalistas do fenômeno informacional, que ressaltam sua capacidade resolutiva dos males e questões sociais, ou normativos, que entendem que a informação e a comunicação adequadas promoveriam a transparência do Estado em relação à sociedade, ou ainda produtivos, que colocam a ênfase nas tecnologias de comunicação e informação como motores das transformações mercadológicas, institucionais ou culturais.

De fato, tanto o senso comum quanto o pensamento científico costumam associar a informação ao conhecimento e à comunicação, indicando uma sucessão ininterrupta e articulada entre os três termos, ou quase automática. Ou seja, a passagem de uma informação ao estado de conhecimento e a comunicação adequada deste conhecimento como matéria informacional. Este modelo articulado, pedagógico, orienta nossas práticas de conhecer, informar, comunicar e constitui o solo de formação do campo discursivo da informação, como indicado anteriormente. Nele estão representadas nossas crenças e reflexões a respeito do fluxo social das informações: se nada sabemos do que acontece, é por falta de informações, ou por falta de transparência, porque as informações estariam retidas na fonte: ou, por retenção de informações, quando o conhecimento não pode ser democraticamente partilhado por todos e, por isso, a comunicação não funciona como deveria (Sfez, 1996:5).

Neste artigo, pretende-se levantar algumas questões que revelem os conflitos e as contradições existentes na tríade informação-conhecimento-comunicação e no crédito à sua linearidade contínua. O contexto utilizado é a ação informacional de entidades que atuam no “terceiro setor”, como ultimamente se designa um conjunto de iniciativas de ca-

ráter privado e atuação na esfera pública, com ênfase nas Organizações Não-Governamentais de Assessoria e Apoio aos Movimentos Populares – ONGs/AMP. Sua relação com os movimentos sociais e com outras entidades que têm atuado no “terceiro setor” permite perceber as disputas simbólicas e os embates discursivos presentes em suas práticas e, por meio destes, as questões que envolvem a informação, o conhecimento e a comunicação em nossas sociedades.

Aponta-se, a partir daí, para a possibilidade de criação e/ou ampliação de práticas, políticas e gestões da comunicação e informação.

“TERCEIRO SETOR”. LUGAR DA INFORMAÇÃO?

O “terceiro setor” é uma idéia polêmica, ainda em construção. Costuma estar relacionado às expressões “organizações sem fins lucrativos” ou “organizações voluntárias”. É hoje o segmento de uma esfera pública não estatal, marcado pela lógica da sociedade civil, composto por uma variedade de atores sociais e formas de organização que experimentam modos de pensar e de agir inovadores (Fernandes, 1994). Este setor busca, estrategicamente, mecanismos de fortalecimento da participação popular junto às esferas governamentais, redimensionando as práticas políticas dos agentes internos e externos dos movimentos populares, agregando novos parâmetros de interlocução e participação popular na gestão pública, de produção de conhecimentos de forma compartilhada, e de promoção de espaços de comunicação e transferência informacional.

É composto por uma variedade de agentes e organizações que, historicamente, e por diferentes óticas políticas

e ideológicas, orientam suas práticas no sentido da democratização da sociedade: pastorais da Igreja, partidos políticos, sindicatos, movimentos sociais locais (associações de moradores, grupos de ajuda mútua, rádios e jornais comunitários), nacionais e transnacionais (negros, mulheres, homossexuais, direitos humanos, ecológicos), os urbanos e os do campo. O perfil deste (novo) setor reflete-se nas tentativas de afirmação institucional de um conjunto diversificado de entidades que se autodenominam “organizações não-governamentais” – ONGs, que atuam no espaço da sociedade civil com o objetivo de assessoria aos movimentos populares, com mediações políticas, pedagógicas e informacionais.

A promoção de espaços de interlocução entre diferentes esferas do conjunto social – o Estado, o mercado e a sociedade –, relacionados aos valores da solidariedade, direito à igualdade e diferença, cria situações de confronto simbólico, nas quais se afirmam as condições de construção de uma “democracia cultural”, expressão política e imaginária de agentes diferentemente posicionados no espaço social. Nesses foros comunicacionais de natureza pública, fluem informações e constroem-se significados que levam a uma leitura das potencialidades gerenciais dos conhecimentos produzidos pelos coletivos sociais, além das esferas do Estado e do mercado.

ONGS: UM CAMPO EM PROCESSO DE (RE) CONSTRUÇÃO

Ao longo da sua recente história, as organizações não-governamentais têm baseado suas ações no pressuposto de que seu espaço de atuação corresponde, entre outros fatores, ao vazio criado por uma dupla omissão: do Estado, no atendimento às necessidades básicas da população marginalizada, e dos meios acadêmicos, produtores de conhecimentos técnico-científicos capazes de atender a sociedade com soluções técnicas, mas ainda críticas e emancipatórias para o desenvolvimento social. As ONGs estabelecem, dessa forma, seu espaço de atuação nesse vácuo criado pelo Estado e pelas instâncias produtoras do conhecimento. Seu escopo de formação e atuação possui assim interseções simbólicas com os campos estatal e científico. Considerando-se entidades alternativas em relação ao quadro social e institucional, suas relações são de aproximação e ruptura com campos já institucionalizados e práticas sociais: a Igreja, os partidos e organizações de militância política de esquerda, as universidades. Esses três pólos formam o espectro dentro do qual as ONGs recortaram seu espaço próprio de atuação, articulando um modo de fazer alternativo que conserva criticamente os valores característicos dessas três instituições; “(...) pela ‘competência’ universitária e contra o seu ‘iso-

lamento’; pelo ideal de ‘serviço ao próximo’, sobretudo aos mais necessitados, característica da tradição cristã, mas contra a sacralização das hierarquias eclesiais; pelo ideário ‘político’ veiculado pelas esquerdas, mas contra o ‘dogmatismo’ e a ‘manipulação’ partidária que as permeiam” (Fernandes apud Landim, 1988:10-11). Outro traço relacional importante para a conformação de seu espaço próprio refere-se à polaridade entre Estado e povo (ou sociedade civil). As ONGs, desde os anos 70, buscam uma autonomia institucional que as diferencie dos partidos e das Igrejas por estimularem uma gama de iniciativas dirigidas às bases da sociedade, com o objetivo explícito de torná-las mais independentes em relação ao Estado. Sua originalidade foi justamente a de dedicar-se, por definição institucional, aos movimentos que ocorrem nos níveis intermediários e inferiores do corpo político e social (Fernandes apud Landim, 1988:11). Não sendo entidades representativas, não operam por delegação, mas a favor das camadas populares da sociedade.

Este modo específico de construir sua autonomia está relacionado ao contexto social e político do seu surgimento. Muito embora o termo ONG seja recente (é empregado para nomear tal conjunto de entidades e suas práticas desde meados dos anos 80), o fenômeno social que ele designa tem suas raízes nos “Centros de Educação Popular”, “Centros de Promoção Social”, “Centros de Assessoria”. Tais centros formaram, desde os anos 70, um conjunto de entidades e de agentes especializados, organizando um campo de práticas, discursos e ações voltados para finalidades comuns ou semelhantes, com uma relação simbiótica com a Igreja (Landim, 1988:31). Tanto sua origem religiosa quanto a conjuntura política de então conferem às ONGs e às práticas de seus especialistas um caráter de voluntariado e de militância nesse período preliminar da sua formação.¹ Quanto ao perfil socioeducacional desses agentes, todos, de modo geral, haviam passado pela universidade, e muitos continuavam a manter vínculos com o campo acadêmico. Entretanto, as concepções dominantes no universo das ONGs em relação à universidade referiam-se ao seu total distanciamento em relação aos movimentos sociais. Nesse caso, caberia aos profissionais universitários e estudantes engajados colocar seu conhecimento a serviço das classes populares, transformando-as, por uma ação educacional, em sujeitos ativos dos movimentos sociais (Landim, 1988:32). O núcleo tradicional de formação das ONGs no Brasil situa-se assim nos centros voltados para a educação popular, que marcam uma linha de atuação política própria a esse campo.

Nos anos 80, paralelamente ao processo de democratização, o número dessas entidades se multiplica e várias transformações irão reorientar seu discurso e suas práti-

cas, tais como: maior politização no modo de pensar a educação popular; os esforços de institucionalização e de profissionalização dos seus quadros; a secularização e as articulações com um leque mais amplo de atores sociais, além dos circuitos religiosos, partidários e universitários (Landim, 1988:38). A entrada nos anos 90 é caracterizada por uma maior visibilidade pública das ONGs. É enfatizada a participação dessas entidades nos eventos que antecederam a ECO/92 – conferência de dimensão planetária sobre meio ambiente. Esse movimento de legitimação “de fora para dentro”, sob o impulso de sua participação nas conferências promovidas pelas Nações Unidas, tenderá a manter-se nos anos 90 (Durão, 1994).

Firma-se, desse modo, um processo de institucionalização e reconhecimento pela sociedade da existência desse novo campo, em um contexto social, político e econômico diverso daquele em que essas organizações se formaram. Nos estudos mais recentes realizados pelas ONGs, estão presentes em seu discurso certos elementos que reafirmam tanto a sua vocação política e de ação através do conhecimento, quanto a necessidade de ampliação e diversificação das suas parcerias. Por outro lado, no momento em que ganham visibilidade, agora em contexto político neoliberal, emergem em meio a entidades juridicamente enquadradas no “terceiro setor” ou entidades sem fins lucrativos, em relação às quais as ONGs empenham-se em marcar suas diferenças políticas, históricas e institucionais. Landim (1993b), em estudo realizado sobre o setor “sem fins lucrativos não-governamental” – fenômeno que, segundo a autora, “(...) tende a se expandir nesses tempos de transnacionalismo, transformações do papel do Estado, neoliberalismo, crise de partidos e de valores, afirmações étnicas e religiosas, reconstrução de sociedades civis, *apartheid* social e aprofundamento da pobreza” –, afirma que no processo de construção da identidade das ONGs brasileiras como um campo específico de práticas e instituições, “foi fundamental a distinção – ou mesmo oposição – com relação ao campo da assistência social”. A autora sustenta ainda que “a história dessas últimas entidades no Brasil, marcada pela religião e por relações clientelistas e de dependência, é uma das explicações para serem rejeitadas pelo universo que se dedica à implantação dos valores da modernidade na sociedade brasileira” (Landim, 1993b:6 e 34).

INFORMAÇÃO, CONHECIMENTO E COMUNICAÇÃO NO UNIVERSO DISCURSIVO E PRÁTICO DAS ONGS

ONGs são “entidades privadas sem fins lucrativos”. Entretanto seus objetivos e o modo de encaminhar suas ações demonstram sua face de entidades que têm atuação

na esfera pública. Essas características peculiares desenharam o perfil contraditório dos seus agentes: voluntários, especialistas, profissionais, intelectuais, ativistas, são diferentes facetas dos agentes do campo “onguiano”. Apesar dessa dispersão, têm histórias institucionais e políticas muito próximas. São oriundos ou ainda integrados a espaços institucionais, nos quais não encontram meios e condições de afirmação de vontade e ação política de transformação social.² Dissidentes ou agentes críticos desses espaços, seus *habitus* – ou biografia cultural e social –, formados no interior de suas instituições de origem, reúnem elementos contraditórios de aproximação e distanciamento com as esferas institucionais tradicionais da sociedade. As afinidades práticas e discursivas desses agentes têm como foco comum ações de intervenção político-pedagógica na sociedade, mais especificamente na parcela da população desprovida de meios materiais e intelectuais de acesso aos equipamentos coletivos e de participação social. Se os fins estão delineados, os meios para atingi-los preenchem a pauta de discussão sobre a metodologia de ação dessas entidades.

O termo assessoria é uma palavra-chave definidora do seu *ethos* e objetivos, estando relacionada a ações de conhecimento/informação junto às bases da sociedade. É apontada como a atividade principal das ONGs. Possui um sentido genérico, expressando menos uma atividade específica do que um tipo de vínculo que se estabelece entre “assessores” e “assessorados”. Trata-se de “uma relação contratual, associada à transmissão de alguma competência de conhecimento, que envolve confiança mútua e uma certa afinidade de propósitos. ‘Assessoria’, neste caso, é com frequência uma forma de relacionar intelectuais, de um lado, e organizações ou movimentos sociais, de outro, sem que este relacionamento implique um vínculo hierárquico entre as partes” (Fernandes e Carneiro, 1991:8).

Além da assessoria, são ainda indicadas como relevantes as seguintes atividades: pesquisa, educação popular, formação de agentes, comunicação. Este conjunto de atividades caracteriza suas ações como de “apoio intelectual aos movimentos populares”.

A tarefa de prestar assessoria aos setores populares e movimentos sociais cria, para essas entidades, uma situação paradoxal. De um lado, a crença no valor que o conhecimento/informação poderá agregar às práticas políticas e de transformação da realidade vivida pela população excluída do processo de desenvolvimento social. De outro, as limitações do conhecimento especializado, dadas as suas formas elitistas e excludentes de aquisição e distribuição na sociedade e o resultante despreparo dos especialistas ao lidar com questões que afetam o cotidiano vivido da população.³ Ao fazer a opção de estar a ser-

viço das camadas populares e movimentos sociais, as ONGs e seus especialistas – ainda que não o façam de maneira explícita ou como um objetivo em si mesmo – elaboram novas práticas e concepções do conhecimento-informação-comunicação.

Os agentes “onguianos” são portadores de discursos, formas de conhecimento e meios comunicacionais especializados (ou científicos, técnicos, eruditos), por oposição ao modo de conhecimento do senso comum dos agentes dos movimentos populares com os quais interagem. Nesse quadro, a linguagem é um elemento a ser trabalhado, de modo que a comunicação se estabeleça entre agentes com treinamento e competência lingüística diferenciados. Na transformação tanto do discurso formal e especializado quanto do discurso do senso comum em informações relevantes e de qualidade para o movimento popular, é exigido um esforço de compreensão da perspectiva do outro, das formas de representação do seu mundo vivido e, a partir dele, das maneiras próprias de representar o sistema social, político e econômico no qual se inserem. Assim, a comunicação entre agentes posicionados diferencialmente no espaço social é complexa, estabelecendo-se uma relação discursiva desigual, baseada em objetivos e propósitos comuns relacionados a uma ação sobre a realidade. O paradoxo da comunicação (ou das práticas lingüísticas) “é que ela supõe um meio comum que somente se realiza suscitando e ressuscitando experiências singulares, isto é, socialmente demarcadas” (Bourdieu, 1991:16).

Nesses processos de interação entre os mediadores (agentes externos) e os integrantes dos movimentos populares (agentes internos), são constantemente expostas e redefinidas as contradições da tríade informação-conhecimento-comunicação, o que requer, entre as partes, o reconhecimento da desigualdade de suas posições, especialmente quanto ao saber, tomando essa desigualdade como ponto de partida para a construção de um conhecimento novo (Valla, 1991). Este “terceiro conhecimento” é produzido em redor de temas e questões que em dados momentos são adotados como relevantes pelos agentes, de forma compartilhada, pelo entrecruzamento de diferentes formas de saber. Não é um conhecimento de outra ordem, ou diferente daqueles que lhe deram expressão – o popular e o científico. Nem mesmo é uma nova “informação”. É um construto de ordem prática e simbólica, que permite aos agentes populares desenvolverem uma destreza técnica para lidar com questões práticas do seu cotidiano vivido, e meio de valorização e fortalecimento dos elos de apoio social e das suas capacidades inventivas. Tem apontado ainda para a construção de uma “nova epistemologia,” que revela o lugar ético-político do conhecimento científico.

REDES, ONGS E “TERCEIRO SETOR”

As ONGs de assessoria e apoio aos movimentos populares têm enfrentado ultimamente novas questões relacionadas a sua identidade e permanência como um conjunto distinto de entidades no ambiente do “terceiro setor”. No novo cenário político e econômico que se apresenta, de transformações do papel do Estado e retração de suas políticas sociais, as mudanças nos regimes socialistas, o avanço do neoliberalismo e suas políticas econômicas recessivas, outros elementos passam a compor esse novo quadro: a (re)organização da sociedade civil como espaço de expressão de valores culturais em contraposição aos modos históricos de conflito associados à esfera da produção e do trabalho; a centralidade cada vez mais evidente do conhecimento/informação nos processos de desenvolvimento social.

Em face dessas mudanças, e ressaltando-se a capacidade de transformação dessas entidades em relação a diferentes conjunturas, seu discurso vem incorporando mais recentemente os termos “rede” e “solidariedade” como indicadores das suas novas formas de ação na sociedade. Se, nos seus primórdios, as ONGs vinham tecendo os primeiros elos da sua estrutura em rede, de modo a conduzir ações clandestinas junto aos grupos populares durante o regime autoritário, no atual contexto neoliberal busca-se a consolidação de uma rede como forma de expansão das suas práticas nos planos local, nacional ou transnacional.⁴ Essa forma peculiar de organização, construída ao longo da sua história política, é atestada por algumas características próprias ao ambiente “onguiano”: a informalidade nas relações, para dentro e para fora do campo; o planejamento das atividades orientado por objetivos alinhados com as necessidades dos movimentos populares e maleável às mudanças de conjuntura; os elos estabelecidos no próprio campo e fora dele, com campos conexos, para além de fronteiras institucionais e/ou nacionais. São modos de ser e de operar que podem favorecer a ampliação e o fortalecimento das suas ações políticas, informacionais e pedagógicas, em que pese a ênfase que ultimamente se coloca no papel das “organizações sem fins lucrativos” no desenvolvimento social, além dos circuitos do mercado e do Estado.

“Rede” e “solidariedade” parecem indicar ainda a necessidade de superação de antigos ideários e práticas, o que se vê, mais recentemente, no processo ainda incerto e amplamente discutido no campo das ONGs, de alargamento do leque de relações e alianças com áreas institucionais da sociedade civil e entidades do “terceiro setor”, antes distanciadas do universo “onguiano” e mesmo colocadas como campos opostos pelos interesses em jogo, como o da ação social empresarial e até mesmo o das obras sociais filantrópicas tradicionais (Landim, 1993b).

Um dos modos de aproximação do universo do “terceiro setor”, no qual se inserem as ONGs, é entendê-lo como uma vasta e indefinida teia, ou um campo compósito, amalgamado, tecido pelos elos e distensões entre diferentes agentes e organizações, posicionados de formas diferentes no espaço social: as comunidades, os movimentos, os campos religioso, acadêmico, político, o estatal, as ONGs. A diversidade de status social dos agentes e organizações que formam elos em rede tem como contraponto objetivos e interesses comuns de melhoria das condições de vida e de participação social e política, com presença de cidadania, da parcela da população não contemplada pelas políticas e serviços públicos e pelas “bênesses” do mercado. As ações assim desenvolvidas “são intervenções sociais: buscam modificar modos de pensar e/ou modos de atuar e/ou modos de sentir. Esse conjunto de modificações vai construindo uma pedagogia social (uma ‘paidéia’) que forma culturas ante as mudanças, segundo o enfoque que a referida intervenção tenha”. Além desses propósitos de “fortalecimento de poder” dos setores populares, melhorando os níveis de vida, aumentando os investimentos, fomentando a participação, “uma das principais funções do Terceiro Setor é tornar possível a competência cultural, ou seja, criar condições para que as diferentes formas de ver, produzir e entender o mundo dos setores populares possam circular e competir, em igualdade de condições, assim como circulam os sentidos e símbolos dos setores dominantes” (Toro, 1997:36-39).

Estes parecem ser os recursos e as energias do “terceiro setor”, espaço de embates discursivos e de disputa de sentidos entre uma multiplicidade de grupos, indivíduos e organizações, que revalorizam os ambientes locais de funcionamento de “comunidades interpretativas”, que podem concorrer para a formação de novas práticas, gestões ou políticas de comunicação e informação.

NOTAS

E-mail da autora: remartel@prolink.com.br

1. Nesses primeiros tempos, seu corpo de agentes era formado pela “esquerda católica” que vinha crescendo, antes do movimento militar de 1964, tanto por uma polarização ideológica dentro da própria Igreja, quanto política no terreno da sociedade civil. Os militantes cristãos dessas tendências, oriundos das classes médias, abrigavam-se na JUC – Juventude Universitária Católica – e no MEB –

Movimento de Educação de Base. Com a crescente repressão do regime ditatorial ao movimento popular, tais entidades se desintegraram, e seus agentes rumaram para as ONGs, que começavam a se organizar. Além desse grupo tradicional da esquerda católica, surgem os novos agentes cristãos voltados para uma prática social junto a setores dominados da população no âmbito da nova pastoral popular da Igreja. Outra vertente que se engaja no trabalho das ONGs era formada por militantes oriundos da esquerda tradicional, que revendo seus princípios de pensamento e ação, encontraram nessas organizações novas formas de atuação e aproximação dos setores populares (Landim, 1988:31 e segs.).

2. A ambigüidade das relações entre as ONGs e as universidades, por exemplo, em parte se entende pela prática de uma “vocação política” pelas primeiras, de par com uma “vocaçao cognitiva e pedagógica”. O exercício conjunto dessas vocações quase nunca se faz presente nos meios acadêmicos. Pode-se ainda indagar, quanto à tensão existente entre essas duas esferas institucionais, se as ONGs vêm realizando iniciativas de “extensão” (com toda a dimensão política contida no termo, nesse caso) do conhecimento produzido na universidade, que se efetua por mediações políticas e técnico-informacionais.

3. Valla (1991) demonstra a dificuldade em articular a ação de especialistas do campo acadêmico, profissionais e lideranças populares em torno das questões que afetam as condições de vida das comunidades. “(...) Se, de um lado, os representantes de organizações populares vinham buscando informações que não possuíam, por sua vez os profissionais demonstravam uma preocupação semelhante. Na realidade, suas formações universitárias revelam lacunas justamente nas áreas de conhecimento que se relacionam com os problemas agudos da população trabalhadora (...). Neste sentido, a ótica elitista dos currículos universitários faz com que assuntos tratados nas universidades passem ao largo de questões de educação e saúde ligadas às necessidades da população.”

4. Ver a esse respeito, Aguiar (1996).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AGUIAR, S. *A teia invisível; informação e contra-informação nas redes de ONGs e movimentos sociais*. Tese de Doutorado em Comunicação e Cultura. Rio de Janeiro, ECO/UFRJ, 1996.
- BOURDIEU, P. *Ce que parler veut dire; l'économie des échanges linguistiques*. Paris, Fayard, 1991.
- DURÃO, J.E.S. “*Esplendor e miséria das ONGs*”. Texto preparatório para discussão no Congresso da Abong – Associação Brasileira de ONGs. S.I., 1994. 13f., mimeo.
- FERNANDES, R.C. *Privado porém público: o terceiro setor na América Latina*. 2ª ed. Rio de Janeiro, Relume-Dumará, 1994.
- FERNANDES, R.C. e CARNEIRO, L.P. *ONGs anos 90: a opinião dos dirigentes brasileiros*. Rio de Janeiro, Iser, Núcleo de Pesquisa, 1991 (Textos de Pesquisa 1).
- LANDIM, L. (org.). *Sem fins lucrativos: as organizações não-governamentais no Brasil*. Rio de Janeiro, Iser, 1988.
- _____. *A invenção das ONGs: do serviço invisível à profissão sem nome*. Tese de Doutorado. Rio de Janeiro, Museu Nacional da UFRJ, 1993a.
- _____. *Para além do mercado e do Estado?: filantropia e cidadania no Brasil*. Rio de Janeiro, Iser, Núcleo de Pesquisa, 1993b (Textos de Pesquisa).
- SFEZ, L. “Informação, saber e comunicação”. *Informare – Cadernos do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação*. Rio de Janeiro, CNPq/Ibict-UFRJ/ECO, v.2, n.1, jan./jun. 1996, p.5-13.
- TORO, J.B. “O papel do Terceiro Setor em sociedades de baixa participação (quatro teses para discussão)”. In: IOSCHPE, E.B. (org.). *Terceiro Setor: desenvolvimento social sustentado*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1997, p.26-34.
- VALLA, V.V. *A construção desigual do conhecimento e o controle social dos serviços públicos de educação e saúde*. Texto apresentado no GT de Educação Popular, Anped, 1991, mimeo.